

Co-educação e Desigualdades de Gênero no Ginásio Barão de Antonina (1937 – 1945)

Norberto Dallabrida¹
Marcos Roberto Martins*

Resumo: Durante a “Era Vargas”, existiam oito estabelecimentos de ensino secundário em Santa Catarina. Um desses estabelecimentos foi o Ginásio Barão de Antonina, criado em 1936, em Mafra, administrado pela Associação Mafrense de Ensino que admitia rapazes e moças. Este trabalho procura compreender a co-educação e seus limites no Ginásio Barão de Antonina, entre a sua fundação e o fim do Estado Novo. Nesse momento histórico, o ensino secundário era, grosso modo, direcionado para os adolescentes homens que se preparavam e se habilitavam para o ingresso nos cursos superiores. O Ginásio Barão de Antonina, além de ter uma perspectiva laica, foi moderno na medida em que permitia a inserção de mulheres no seu curso secundário. No entanto, verificam-se desigualdades de gênero nas suas práticas educativas, pois a sua cultura escolar era masculinista.

Palavras-chave: Co-educação, gênero, ensino secundário.

Abstract: There were eight educational establishments in Santa Catarina during the “Vargas age”. The Ginásio Barão de Antonina was one of the schools which accepted girls and boys, it was created in 1936, in Mafra, and was run by the Associação Mafrense de Ensino. This paper seeks for understanding coeducation and its limits in the Ginásio Barão de Antonina, from its foundation to the end of the Estado Novo. At this historical moment, secondary school was, in general, directed to male adolescents who were preparing themselves in order to become able to enter the graduation courses. The Ginásio Barão de Antonina, besides having a laic perspective, was modern in the sense that it allowed the insertion of women in secondary school. However gender inequalities can be seen in its pedagogical practices since its scholar culture was masculine.

Keywords: Coeducation, gender, secondary school.

A criação do Ginásio Barão de Antonina, em 1936, em Mafra, estava inserida num momento ímpar de crescimento de instituições particulares de ensino secundário no Estado de Santa Catarina, na década de 1930. Se na Primeira República, em Santa Catarina, o ensino secundário era oferecido somente pelo Ginásio Catarinense, durante a “Era Vargas” existiram oito estabelecimentos desse nível de ensino, localizados nas principais cidades catarinenses. Essa expansão do ensino secundário foi feita exclusivamente por instituições particulares, sendo a maioria delas de confissão religiosa, pois não se constata a existência de colégios de ensino secundário mantidos pelos poderes públicos (DALLABRIDA, 2006:127).

Das oito instituições de ensino secundário existentes em Santa Catarina durante a “Era Vargas”, uma praticava exclusivamente a educação feminina, o Colégio Coração de Jesus

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

* Aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC.

(GARCIA, 2006), quatro praticavam exclusivamente a educação masculina e três praticavam a co-educação (o Ginásio Bom Jesus, o Ginásio Barão de Antonina e o Ginásio Lagunense). Os estabelecimentos de ensino que ofereciam ensino secundário exclusivo para apenas um gênero eram dirigidos por associações católicas, que seguia as orientações oficiais da Igreja Católica, contrária à educação mista. Desta forma, os ginásios que praticavam a co-educação não tinham um caráter confessional, sendo que o Ginásio Lagunense tinha uma orientação curricular explicitamente laica.

Dentro do contexto histórico da expansão do ensino secundário em Santa Catarina, o Ginásio Barão de Antonina, desde sua fundação em 1936, desenvolveu um ensino laico sem participação direta de nenhuma confissão religiosa. A Associação Mafrense de Ensino, sociedade civil e laica administrava o ginásio e contava com sócios em várias cidades do norte catarinense e sul paranaense e donativos e subvenções das prefeituras de Mafra (sede do ginásio - SC), Itaiópolis (SC), Rio Negro (PR) e do Estado de Santa Catarina (RELATÓRIO, 1998:06). O Ginásio, além de ter uma perspectiva laica, foi moderno na medida em que permitia a inserção de mulheres no seu curso secundário. No entanto, verificam-se desigualdades de gênero nas suas práticas educativas, pois sua cultura escolar era masculinista. Portanto, o presente trabalho procura analisar a co-educação escolar do Ginásio Barão de Antonina e seus limites.

A Co-educação como Prática Inovadora

Na Reforma Francisco Campos, que reestruturou o ensino secundário brasileiro, a co-educação não apareceu em nenhum artigo, mas não era proibida. Mesmo sem nenhum artigo específico sobre este tipo de ensino, o Ginásio Barão de Antonina adotou o sistema de co-educação. Mas, a partir da Lei Orgânica do Ensino Secundário, articulada pelo ministro da educação e saúde Gustavo Capanema, em 1942, a educação do gênero feminino é regulamentada. Provavelmente outras instituições de ensino secundário, de outros Estados brasileiros possuíam esse tipo de educação e a nova lei de 1942 vem ordenar essa prática educativa. No seu artigo 25 que tratava do ensino secundário feminino a lei recomendava que as mulheres estudassem em estabelecimentos de ensino de frequência exclusiva feminina. Se não fosse possível, poderiam estudar em instituições de ensino misto, dando prioridade a classes exclusivamente de alunas. Sobre a orientação educativa para as mulheres a lei de 1942, no seu artigo 25, na prescrição especial número 4, dizia: “A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher

no lar” (LEI, 1953:12). Portanto, mesmo com a regulamentação do ensino secundário feminino, a lei de 1942 continuava voltada para a educação masculina, aconselhava o ensino universitário para homens e não para mulheres.

O gênero feminino, na história do ensino secundário catarinense, até a década de 1940, esteve à margem do processo educativo. Dos cinco ginásios católicos no Estado de Santa Catarina, apenas um oferecia educação exclusivamente feminina (GARCIA, 2006). Nesse momento histórico a questão da co-educação escolar, para a instituição católica e principalmente para o movimento católico Ação Católica Brasileira era uma prática subversiva e que “a Igreja sempre condenou, claramente, as escolas chamadas mistas ou neutras” (VALDIVINO, 1940:26). Nesse sistema de ensino, aonde convivem num mesmo espaço físico meninos e meninas, as alunas recebem uma educação errônea, imprópria e incompleta por serem submetidas a valores que condizem apenas aos alunos, as meninas deveriam ser educadas para ocupar seu espaço social, como esposas e mães (VALDIVINO, 1940:04). É interessante observar, a esse respeito, que nas quatro regiões catarinenses aonde a Igreja Católica criou instituições de ensino secundário exclusivas para o sexo masculino, nenhuma instituição escolar secundária sob o regime de co-educação foi criada. Mesmo com esse índice numérico superior de educandários católicos, contrários na sua essência à co-educação do ensino secundário, durante as décadas de 1930 e 1940 funcionaram normalmente os três ginásios catarinenses com o regime de educação mista. Possivelmente, somando as alunas e formandas do ensino secundário, dos quatro ginásios catarinenses que permitiam a educação feminina, o número era restrito e inferior aos alunos e formandos masculinos no Estado (DALLABRIDA, 2006:134).

Analisando apenas documentos da instituição, as alunas do Ginásio Barão de Antonina das décadas de 1930 e 1940, tendo na maioria das disciplinas a mesma grade curricular dos alunos e as mesmas oportunidades de promoção, aparentemente eram educadas para o mesmo fim da educação feminina católica: educação para serem boas esposas e mães. O espaço físico-pedagógico, a grade curricular, os professores e funcionários, os exames, as promoções, tudo revela a masculinidade. O ensino secundário nesse período é pensado para homens. As adolescentes entram nesse espaço físico-pedagógico que delimita, afirma o que pode e não pode, através de símbolos, regras e modelos masculinos. Elas aprendem e, portanto interiorizam essa lógica masculina, assim como os adolescentes “e todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença” (LOURO, 1997:61). As alunas estudavam na mesma turma que os alunos, mas quando o número de matrículas feminina para a primeira série era grande, como aconteceu nos anos de 1942 a

1945, era formada uma turma só de alunas. Segue abaixo o quadro-resumo das matrículas masculinas e femininas do Ginásio Barão de Antonina.

Quadro 1 – Quadro geral de matrículas Masculinas (M) e Femininas (F) do Ginásio Barão de Antonina (1937-1945)

Ano	1937		1938		1939		1940		1941		1942		1943		1944		1945	
Série	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1ª série	53	07	29	08	35	13	52	14	57	27	47	28	28	31	53	37	69	31
2ª série			41	06	34	07	17	08	38	10	43	26	41	16	53	21	43	23
3ª série					36	06	34	10	19	08	31	08	32	20	22	18	48	18
4ª série							29	08	24	08	18	06	23	11	23	19	20	15
5ª série									22	07	19	07						
Total	53	07	70	14	105	26	132	40	160	60	158	75	124	78	151	95	180	87
Total	60		84		131		172		220		233		202		246		267	
Geral																		

Fonte: As informações foram retiradas das fichas de cada turma presentes nos relatórios dos anos de 1937 a 1945 do ginásio.

Relatórios da Inspeção Federal junto ao Ginásio Barão de Antonina. (1937-1945)

Nos anos de 1941, 1943 e 1945, eram formadas as turmas da primeira série com maioria de alunas e outra exclusivamente de rapazes, como demonstra os relatórios daqueles anos. E nos anos de 1937 a 1940 eram formadas turmas com minoria de moças. Esses dados dos relatórios enviados ao Departamento de Educação Federal comprovam que quando, pelo número de alunas era possível, as alunas ficavam separadas dos alunos em outras turmas. Embora a educação fosse mista a divisão de gêneros dentro do ginásio, quando possível se fazia também pela divisão de turmas. A coleta de dados para confeccionar o quadro revela que o número de discentes foi crescente e no ano de 1945 o ginásio possuía 180 alunos e 87 alunas. A maioria das turmas de 1937 a 1945 eram mistas e demarcavam claramente a posição de cada gênero na sala de aula até pela própria quantidade de alunas nesses anos, que nunca ultrapassou 40% do total de discentes. Os alunos, portanto, sempre foram a maioria.

Os Limites da Co-educação

As disciplinas de Português, Francês, Inglês, Latim, Literatura, História das Civilizações, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil, Matemática, História Natural, Ciências, Física, Química, Desenho, Música eram lecionadas igualmente na sala de aula para ambos os sexos. As únicas disciplinas do currículo separadas por gênero eram as disciplinas de Educação Física e Trabalhos Manuais. Nos trabalhos manuais os alunos iam para oficina de marcenaria e as alunas iam para a sala de bordados e boas maneiras. O lugar de cada um nos trabalhos manuais demonstra o tipo de educação empregada, para os alunos trabalhos que exercitavam a força física, criatividade e empreendedorismo, para as alunas trabalhos que exercitavam a delicadeza, a suavidade, o recato, pensando primeiro na vida doméstica. O ginásio produzia as diferenças, as desigualdades entre os gêneros, “naturalizava” as diferenças entre alunos e alunas, normalizava a postura e aquilo que seria “normal” para meninos e meninas, tentava normalizar até aquilo que deveriam ser após os estudos no ginásio. Provavelmente os sujeitos escolares se envolviam nessa aprendizagem, aceitando, questionando ou assumindo completamente a representação do papel de cada um nesse processo.

Na disciplina de Educação Física, principalmente a partir de 1941, deveria seguir cuidadosamente todas as instruções dadas pela circular nº 01 do Departamento de Educação Física do Estado de Santa Catarina (INSTRUÇÕES, 1941:01). Essas instruções para os professores da disciplina de Educação Física detalhavam todos os objetivos, funções e exercícios da disciplina e do próprio professor, não apenas no ginásio, mas também em todas as atividades cívicas e sanitárias da cidade. Faziam-se dois exames biométricos, um no início do ano letivo e outro no mês de setembro. Todos os dados levantados através de fichas individuais eram despachados para o Departamento de Educação Física em Florianópolis. Dentro dos exames biométricos havia o exame físico que era feito por médicos competentes da cidade ou cidades vizinhas no início da primeira série e seguiam todas as regras estabelecidas pelo documento. Analisando as diferenças de gênero, observou-se que no ato do exame o médico deveria obedecer à discricção com a idade e o sexo, para meninos e rapazes os exames deveriam ser feitos em completa nudez, para as meninas e moças com camisetas e calção de ginástica (INSTRUÇÕES, 1941:07). As aulas de Educação Física no ginásio eram feitas três vezes por semana, no primeiro horário das aulas. As alunas faziam a Educação Física separadas dos alunos.

Nos exercícios físicos e jogos desenvolvidos para as aulas, as alunas faziam menos exercícios e menos repetições do que os alunos (INSTRUÇÕES, 1941:13). O futebol era proibido para as meninas, para elas eram permitidos os exercícios individuais, brincadeiras de

roda, jogos como “dama” e jogos coletivos como “voleibol” e também algumas provas de atletismo. Enquanto os rapazes eram exercitados para competição e seu desenvolvimento físico nos moldes das atividades físicas militares, as moças eram exercitadas apenas para melhorias gerais da sua saúde física. Para as moças “era preciso evitar jogos que supunham o contato físico ou certa dose de agressividade, uma vez que estes vertiam contra o ideal de feminilidade, ligada à fragilidade, à passividade e à graça” (GARCIA, 2006:25). Para os rapazes “constata-se através de uma ‘partida de futebol’, o intuito da instituição em constituir uma sociedade de homens cada vez mais competitivos, agressivos, de iniciativa, eficientes, vitoriosos e preparados para o trabalho em conjunto” (GARCIA, 2006:26).

A disciplina de Economia Doméstica, criada pelo governo federal na década de 1940 e empregada no Ginásio Barão de Antonina, tinha como objetivo claro à preparação das moças para sua futura atuação como esposa e mãe. Tornar compreensivo que a mulher é responsável pela harmonia e desenvolvimento de uma família, que essa responsabilidade é inerente à vida feminina (LEI, 1953:336). O programa da disciplina estava dividido em dois anos. Na 3ª série ginásial os conteúdos versavam sobre a introdução da disciplina, arranjo e higiene da habitação, preparo, conservação e uso de roupas; preparo, conservação e uso dos alimentos. Na 4ª série ginásial os conteúdos eram divididos em três tópicos: Contabilidade Doméstica (orçamento doméstico, registro de despesas e relações no lar), Noções de Puericultura (a criança, o recém-nascido, a alimentação da criança, cuidados higiênicos gerais da criança, a criança depois do primeiro ano de vida e moléstias da primeira infância) e Noções de Serviço Social (noções de enfermagem, a mulher e o serviço social). Nos trabalhos práticos desses conteúdos a professora deveria organizar projetos anuais como enxovais para crianças pobres, visitas a cozinhas de estabelecimentos infantis (prolongar os exercícios de culinária) e organizações de “chá” (apuro das maneiras sociais), (LEI, 1953:320-323). Portanto, as moças eram educadas, seus sentidos treinados, para desejarem, bem cedo, aquilo que a sociedade esperava delas: o casamento, uma vida doméstica para o marido e os filhos.

No regimento interno de 1945, não existia norma ou regra que desse conta da presença de alunas no ginásio. O documento é todo redigido no masculino, aparentemente as alunas seguiam as mesmas regras do regimento que os alunos (RELATÓRIO, 1945). Não só as alunas, mas também as professoras de Educação Física, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica não possuíam seu gênero retratado no capítulo 1º do referido documento, que trata dos deveres e direitos dos professores. O Ginásio Barão de Antonina com suas normas e regras, direcionadas ao gênero masculino, informa a comunidade escolar a sua razão primeira de existir, a educação de sujeitos homens, capacitando-os para uma formação sólida na

liderança da sociedade e de suas futuras famílias (LOURO, 2003:58). Para as mulheres uma formação submissa, primeiramente à instituição escolar que as segrega e separa, para depois uma submissão familiar ao marido chefe da casa (CUNHA, 2003).

Considerações Finais

É importante sublinhar que, num momento histórico marcado pela divisão dos gêneros no ensino secundário, construída pela Igreja Católica e pelo Estado Novo, o Ginásio Barão de Antonina praticou a co-educação, oferecendo ensino secundário a boa parte de mulheres da região de Mafra. Esse fato é significativo para a história da educação catarinense, porque ele indica a inserção das mulheres na escolarização secundária no Estado de Santa Catarina e sobremaneira a prática da educação mista. Além do Ginásio Barão de Antonina, somente o Ginásio Lagunense e o Ginásio Bom Jesus permitiam a educação escolar em nível secundário para rapazes e moças.

O Ginásio Barão de Antonina através das salas de aulas, das disciplinas, das normas e diretrizes, educou adolescentes homens e mulheres que se encontravam naquele espaço escolar na diferença. Mesmo com um verniz de igualdade, as relações entre os gêneros eram desiguais. As alunas eram educadas visando no futuro ocupar o seu lugar na família como perfeitas esposas e mães. Para isso, a disciplina de Trabalhos Manuais, Economia Doméstica e Educação Física, tiveram os seus programas adaptados para atender essa clientela “especial”, numa escola de maioria masculina. Não se percebe nos documentos uma continuação dos estudos delas para cursos universitários, essa continuação só era estimulada para os rapazes.

Ao mesmo tempo em que a Associação Mafrense de Ensino incluía, respaldada pelas famílias da região, o gênero feminino no Ginásio Barão de Antonina, excluía aos poucos, através de suas engrenagens, o possível desejo das alunas em seguir o mesmo caminho da educação masculina naquela instituição. Para elas, na sua maioria, o ginásio deveria funcionar como um espaço privilegiado de sociabilidade, lugar de educação mais também de encontros com seus iguais, futuros pretendentes.

Referências

- CUNHA, Maria Tereza Santos Cunha. Rezas, Ginástica e Letras: Normalistas do Colégio Coração de Jesus – Florianópolis/ décadas de 1920 e 1930. In: DALLABRIDA, Norberto (Org). **Mosaico de escolas: Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 199-220.
- DALLABRIDA, Norberto. Privatização e elitização do ensino Secundário em Santa Catarina (final do século XIX – meados do século XX). In: VALLE, Ione Ribeiro, DALLABRIDA, Norberto (Orgs). **Ensino Médio em santa Catarina: Histórias – Políticas – Tendências**. Florianópolis: Cidade Futura, 2006, p. 117-140.
- GARCIA, Leticia Cortellazzi. **Sobre Mulheres Distintas e Disciplinadas: Práticas Escolares e Relações de Gênero no Ginásio Feminino do Colégio Coração de Jesus (1935-1945)**. 2006. Monografia (Bacharelado em História). Centro de Ciências da Educação – Universidade do Estado de Santa Catarina.
- INSTRUÇÕES para o ensino da Educação Física nos estabelecimentos escolares no período letivo de 1941. Florianópolis, 1941.
- LEI orgânica do ensino secundário e legislação complementar. Ministério da educação e cultura. Rio de Janeiro, 1953.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- RELATÓRIO do mês de dezembro do Ginásio Barão de Antonina. Mafra, 1945.
- RELATÓRIO Histórico do C. E. Barão de Antonina. Mafra, 1998.
- RELATÓRIOS da Inspeção Federal junto ao Ginásio Barão de Antonina, Mafra, 1937-1945.
- VALDIVINO, J. **O perigo da coeducação**. Fortaleza, CE: Cruzada da Boa Imprensa LTDA, 1940.